

Polymatheia

REVISTA DE FILOSOFIA

Polymatheia

REVISTA DE FILOSOFIA

VOLUME 7 - NÚMERO 10 - 2014
ISSN 1808-804X
E-ISSN 1984-9575

FICHA CATALOGRÁFICA PREPARADA PELA BIBLIOTECÁRIA - THELMA MARYLANDIA - CRB - 3/623

Polymatheia - Revista dos Alunos de pós graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará - UECE. – v. 7, n. 10 (2014) – Fortaleza: EDUECE, 2014.

Semestral

Descrição baseada em: v. 1, n. 1 (2005)

ISSN 1808 - 804X

1. Filosofia - Periódicos. I. Universidade Estadual do Ceará,
Mestrado Acadêmico em Filosofia.

CDD: 100

CDU: 1(05)

Polymatheia

REVISTA DE FILOSOFIA

MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA DA UECE
VOLUME 7 - NÚMERO 10 - 2014
ISSN 1808-804X
E-ISSN 1984-9575

Polymatheia
REVISTA DE FILOSOFIA

VOLUME 7 - NÚMERO 10 - 2014
ISSN 1808-804X
E-ISSN 1984-9575

PUBLICAÇÃO/ PUBLISHED BY

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ EM CO-EDIÇÃO
COM O
MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA DA UECE

EDITORAÇÃO/DESKTOP PUBLISHING

BRENA KÁTIA XAVIER DA SILVA

UECE - REVISTA *Polymatheia*
MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA
AV. LUCIANO CARNEIRO, 345, FORTALEZA/CE



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

JOSÉ JACKSON COELHO SAMPAIO

VICE-REITOR

HIDELBRANDO DOS SANTOS SOARES

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

JERFFESSON TEIXEIRA DE SOUZA

EdUECE

ERASMO MIESSA RUIZ (DIRETOR)

CENTRO DE HUMANIDADES

RUY DE CARVALHO (Diretor)

MESTRADO ACADÊMICO EM FILOSOFIA

EMANUEL ANGELO DA ROCHA FRAGOSO (COORDENADOR)

Polymatheia

REVISTA DE FILOSOFIA

VOLUME 7 - NÚMERO 10 - 2014
ISSN 1808-804X
e-ISSN 1984-9575

EDITOR CIENTÍFICO/SCIENTIFIC EDITOR

EMANUEL ANGELO DA ROCHA FRAGOSO (UECE)

COMISSÃO EDITORIAL/EDITORIAL BOARD

FRANCISCA JULIANA BARROS SOUSA LIMA (UECE)

CAMILLA MUNIZ

DAVID LIMA RIBEIRO

HENRIQUE LIMA DA SILVA

MARIA THAÍS DA SILVA CRUZ

CONSELHO EDITORIAL/EDITORIAL ADVISORS

ALMIR FERREIRA DA SILVA JÚNIOR (UFMA)

CARLA MILANI DAMIÃO (UFG)

CÍCERO CUNHA BEZERRA (UFS)

EDUARDO FERREIRA CHAGAS (UFC)

EMANUEL ANGELO DA ROCHA FRAGOSO (UECE)

ENÉAS JUNIOR FORLIN (UNICAMP)

ERNANI PEREIRA CHAVES (UFPA)

ESTER VAISMAN (UFMG)

GUILHERME CASTELO BRANCO (UFRJ)

ILANA VIANA DO AMARAL (UECE)

JAMIL IBRAHIM ISKANDAR (UNIFESP)

JOÃO EMILIANO FORTALEZA DE AQUINO (UECE)

JOSÉ EXPEDITO PASSOS LIMA (UECE)

MÁRCIO PETROCELLI PAIXÃO (UNB)

MARCO AURÉLIO WERLE (USP)

MARLY CARVALHO SOARES (UECE)

ODÍLIO ALVES AGUIAR (UFC)

PAULO DOMENECH ONETO (UFRJ)

REGENALDO RODRIGUES DA COSTA (UECE)

SOLANGE NORJOSA (UEPB)

VERA LÚCIA VIDAL (UFRJ)

SUMÁRIO

VOLUME 7 - NÚMERO 10 - 2014

APRESENTAÇÃO	9
TANGO: UMA DESCULPA PARA ABRAÇAR RAFAEL LEOPOLDO	11
UMA ANALÍTICA DO PODER – CONVERSA COM JUDITH BUTLER POR CLAIRE PAGÈS & MATHIEU TRACHMAN [04-12-2012]. ALBA LIARTH DA CRUZ, CRISTIANE MARIA MARINHO, KÁCIA NATALIA DE BARROS SOUSA LIMA E LEONARDO LIMA RIBEIRO.	15
ÉTICA E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA JARLES LOPES DE MEDEIROS JULIANA ALICE COSTA FREIRE	27

APRESENTAÇÃO

A **Revista *Polymatheia*** é uma publicação eletrônica ligado ao **Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia - CMAF** da **Universidade Estadual do Ceará – UECE** que tem por objetivo divulgar artigos, ensaios, entrevistas, traduções e resenhas de professores, alunos e pesquisadores da área de Filosofia e áreas afins.

Com a finalidade de publicar a produção científica do corpo docente e discente, a revista *Polymatheia* tem suas edições de forma semestral, com pesquisas na área de estética, comunicação, política, cultura, linguagem e outros temas que sejam pertinentes à revista. Os textos apresentados promovem o diálogo interdisciplinar entre os cursos de Filosofia, Sociologia, Letras, História, Comunicação, Jornalismo, Cinema, Teatro, Audio visuais, Serviço social, Psicologia entre outros cursos que com a Filosofia possam dialogar, apresentando, dessa forma, conexões entre os diversos campos do saber.

A **Revista *Polymatheia*** é um passo importante para a efetivação da pesquisa de Pós-graduação de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos nossos alunos, professores e demais leitores.

Os conceitos e afirmações contidos nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, assim como a(s) imagem (ns) inserida(s) nos artigos.

COMISSÃO EDITORIAL



TANGO: UMA DESCULPA PARA ABRAÇAR

RAFAEL LEOPOLDO*

Tango una Pasión Ilustrada é mais um belo livro do filósofo argentino Gustavo Varela. Para situar esta obra se faz necessário lembrar que Gustavo Varela é o diretor acadêmico de um curso de pós-graduação chamado *Tango: Genealogía Política y Historia*. Outro ponto importante é salientar dois livros do autor, o primeiro é o *Mal de Tango: Historia y genealogía moral de la música ciudadana* e o segundo, *La filosofía y su doble: Nietzsche y la música*. Cito estes dois, pois o trabalho que Varela faz com relação ao tango a cada momento ganha mais contornos. O livro sobre Nietzsche e a música também merece ser mencionado, porque Friedrich Nietzsche e Michel Foucault influenciam na leitura que Varela faz da história do próprio tango, e neste momento temos todo o charme do autor que se junta a uma escrita leve e profunda.

Varela mesmo sendo um acadêmico produz um texto agradável de ser lido, pois a linguagem não se perde no castelo barroco do academicismo, ela é poética, contém uma beleza e um erotismo que é próprio do tango. A linguagem vai do apolínio

* Rafael Leopoldo é formado em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-graduado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e mestrando na UFJF. Autor do livro *Temporadas de Abandono* (2012). Sobre o cinema brasileiro colaborou com o livro *Directory of World Cinema: Brazil* (2013). Atualmente pesquisa a história política do tango argentino.

acadêmico à sensual palavra dionisíaca, assim não se perde nem o rigor nem a beleza caótica de se adjetivar o tango em suas diversas mudanças na história. A leitura torna-se filosófica quando encontramos a influência de Nietzsche e de Foucault, na forma com que é lida a história do tango, que passa a ser também uma história política com suas descontinuidades, contudo ela não se mantém somente filosófica, a obra transborda para a arte de suas ilustrações.

A obra de Varela é constituída de um prólogo de Javier Barreiro, sobre o tango e suas partituras, e outros oito capítulos, que podem ser lidos sem uma sequência. Nos dois primeiros capítulos se tem uma ideia bem clara com relação à história do tango – uma camada de leitura do livro. O prólogo (el tango en sus partituras) de Javier Barreiro aponta a origem prostibular da dança em Buenos Aires até a morte de Gardel. A história do tango feita por Javier Barreiro é com relação à história das partituras. Varela, por sua vez, no segundo capítulo, chamado *El Tango* nos dá uma chave filosófica para a leitura da história do tango. A divisão do autor se dá em três partes, uma *erótica* (um baile sensual), uma *ética* (um forte sentido moral) e uma *estética* (o tango se torna abstrato).

O tango em sua primeira fase, a que Varela chama de *erótica*, data de 1880 até o tango canção de 1916. As características principais são o seu caráter erótico e sensual. Período que está em consonância com a questão social, a respeito da prostituição, na Argentina. Trata-se de um tempo também dionisíaco, no qual os passos do tango ainda não estão definidos, não se tem o controle do corpo, a métrica da dança, mas depois o tango se moraliza para sobreviver e perde a sua felicidade. Torna-se aquele tango mais conhecido, uma lírica triste da qual se baila. Então temos o momento ético de 1916 ao tango de vanguarda de 1955. A poética agora tem um forte sentido moral. As letras seguem a valoração, dos momentos políticos, sociais, a integração dos imigrantes, a emancipação jurídica e social da mulher. O último ponto da análise, na terceira fase é chamado de *estética*.

Esta por sua vez é a mais atraente. Alguns a chamam de a *Morte do Tango* ou de um momento *Apolíneo*. Todas as duas questões têm seus pontos de verdade. O primeiro é porque com Piazzolla o tango se transforma tanto que existe uma dúvida se ainda é mesmo tango, ou outro tipo de música. O tango deixa de ser popular e fica abstrato, complexo, agora diz respeito à outra sensibilidade. Ele se mescla com o jazz, o rock, com Bela Bartok e com Vinícius de Moraes. O que se torna inteligível para tantos é visto como morte. Esta morte é de fato ressurreição, o que estava definindo era o momento ético do tango – para o autor de *Una Pasión Ilustrada* é a história que se faz presente em Piazzolla, como se nele estivesse toda a crise e dele emergisse a vanguarda. Piazzolla se transforma em *destino* no sentido heideggeriano. Contudo, este mesmo Piazzolla que é abstrato também ganhará os aplausos populares com músicas como *Balada para um Loco*.

Um tango sensual, uma desculpa para abraçar, um amor cortês e solar, o caminhar junto, a mão que segura com força e solta com suavidade. Uma época moral em que os passos são ensinados, tudo parece se transformar em métrica, a dança ganha mais estilo e agora é ela que conforma o corpo, ao contrário de seu início, prostibular, alegre. A arte que se transforma em abstração, vanguarda, não mais se baila, mas é também música instrumental, se escuta no silêncio, no devaneio da solidão. O tango também volta em sua forma eletrônica, *samplers*, montagem e colagem, o tango transforma-se em *tango queer*, e questiona o gênero. Estes últimos aspectos não são tratado pelo o autor, mas com o livro já temos uma boa possibilidade de leitura da história do tango, na obra de Varela. O autor nos dá uma leitura histórica, filosófica e político-social do tango, junto a belas imagens, a belas partituras.

A cada artigo do livro temos diversas ilustrações que perpassam a interpretação dos momentos do tango. Artigos que isoladamente tem a sua coesão, assim gerando algo bom, a *repetição* e o *acréscimo* – variações sobre o mesmo compasso. Algumas vezes um mesmo tema é abordado em uma perspectiva diferente, ou mesmo somente aparecem

acréscimos importantes, o que torna cada artigo singular e ao mesmo tempo conectado uns com os outros. Desta forma, com a linguagem musicada, o tango não é somente uma desculpa para abraçar, mas também para um pensar profundo. E é este pensamento profundo que é o grande mérito de Gustavo Varela.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

VARELA, Gustavo. **Una Pasión Ilustrada**. Buenos Aires: ediciones Lea S.A, 2010.



**UMA ANALÍTICA DO PODER – CONVERSA COM
JUDITH BUTLER
POR *CLAIRE PAGÈS & MATHIEU TRACHMAN*
[04-12-2012]**

ENTREVISTA TRADUZIDA DO FRANCÊS* PARA O PORTUGUÊS POR ALBA LIARTH DA CRUZ, CRISTIANE MARIA MARINHO, KÁCIA NATALIA DE BARROS SOUSA LIMA E LEONARDO LIMA RIBEIRO

Por ocasião da publicação de seu último livro, *Parting Ways. Jewishness and the Critique of Zionism* [Caminhos Divergentes: Judaísmo e a crítica do Sionismo], Judith Butler retoma, nesta entrevista, pontos centrais de seus trabalhos atuais: criticar a crescente precariedade decorrente das evoluções recentes do capitalismo; defender a possibilidade de uma vida autenticamente democrática, atenta à multiplicidade das relações de poder.

Desde seus trabalhos sobre gênero, no início dos anos de 1990, os campos de pesquisa de Judith Butler se diversificaram consideravelmente. A análise dos modos de subjetivação permanece como um dos fios condutores de seus trabalhos, mas a filósofa tem ido além da teoria feminista para tratar de questões éticas e religiosas. Em *O Estado Global* [*L'État global*], Judith Butler apresenta seu projeto como um “nova analítica do poder” (p. 93). Isso implica repensar tanto a questão da territorialidade quanto da soberania, examinar os diferentes destinos

*Entrevista traduzida do inglês para o francês por Barbara Turquier.

da soberania para, a partir deles apresentar hoje “o mapa emergente”. Abordando questões sobre o Estado, do neoliberalismo, do lugar da religião no espaço público, ela se pergunta sobre o que torna uma vida suportável. Se os textos da tradição filosófica são mobilizados, suas análises estão igualmente ancoradas numa atualidade política que exige, por vezes, a tomada de posição. É o caso, por exemplo, do casamento *gay* ou do conflito israelita-palestino.

Precariedade sociológica, precariedade ontológica

La Vie des Idées [A vida das Ideias]: Em seus trabalhos, particularmente em *O que faz uma vida* [*Ce qui fait une vie*], você propõe uma análise aprofundada da ideia de precariedade. Ela é bastante real, mas é menos, ao que parece, uma noção sociológica do que ontológica. Nosso questionamento, então, seria este: o neoliberalismo e a crise econômica em grande parte oriundos da desregulamentação neoliberal dos mercados não estão na origem de uma nova forma de precariedade? Ou então se trata de um fator conjuntural que inverte a precariedade constitutiva do ser humano em uma precariedade insuportável? A incidência específica do econômico nos interessa tanto que a senhora insiste, em *O Estado Global*, sobre a necessidade de não escapar ou negligenciar a economia em proveito de uma análise estrita das causas políticas.

Judith Butler: Concordo com a formulação que o senhor propõe, isto é, que o fator econômico transforma a precariedade constitutiva do ser humano em uma precariedade insuportável. Minha única incerteza recai sobre a questão de saber se, para retomar a sua terminologia, o “ontológico” é separável do “sociológico”? Temos aqui, então, dois problemas, pois se afirmamos que o neoliberalismo tende a tornar as pessoas descartáveis e expõe as populações à precariedade, devemos nos perguntar se designamos por “neoliberalismo” uma lógica e um sistema de poder puramente econômicos ou ainda um regime de poder que rege as práticas de formação do sujeito, inclusive de si próprio, assim como o fato de que a valorização do parâmetro de

instrumentalidade integral e ultrapassa, doravante, a esfera convencional do “econômico”. O poder e a onipresença do “neoliberalismo” nos forçam a pensar a heteronomia do econômico e a forma com a qual as lógicas que governam as suas operações ultrapassam a esfera puramente econômica? Devemos renunciar à ideia de uma esfera puramente econômica por causa do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que não podemos nos abster do econômico?

É mais difícil responder a sua pergunta sobre a ontologia, mas quero novamente insistir no fato de que uma reflexão sobre a precariedade visa a, antes de tudo, apreender mais fundamentalmente o que significa ser um ser social. Visto que a sociologia se apoia sempre nesse postulado, importa pensá-lo de forma crítica: o que queremos dizer quando nos referimos ao conceito sociológico de sujeito, e como o distinguimos tradicionalmente do conceito ontológico de sujeito? Quando eu defendo que o sujeito é constituído socialmente, ou que o sujeito é constituído em e por suas relações sociais com os outros, é uma afirmação sociológica ou ontológica? Para mim, a ontologia não se situa em outro nível senão o social nesse tipo de debate, porque eu tento dizer que as “criaturas” humanas – e não somente os humanos – dependem fundamentalmente das instituições sociais para sua sobrevivência e subsistência. Isso significa que, quaisquer que “sejam” esses seres, o que eles “são” é constituído no cruzamento dessas relações, o que implica também que, quando as instituições sociais falham, eles ficam ameaçadas de “não-ser” ou de formas de morte social. Poderíamos chamar esse processo de uma ontologia social, mas as formas de dependência e vulnerabilidade a respeito das instituições sociais têm tendência a variar, e uma análise que se ativesse a um “único nível de ontologia” não seria possível.

La Vie des Idées: Em *O que faz uma vida*, você investiga as condições concretas, sociais e políticas de uma “vida suportável”. A questão inicial é a da satisfação das necessidades elementares e da necessidade de proteção, assim como estar inserido nas relações humanas de sociabilidade. Você menciona igualmente a necessidade de estar inserido em uma rede de trabalho. Nós gostaríamos de saber

mais sobre o lugar e a função do trabalho em sua reflexão. Trata-se de uma condição essencial da “vida suportável” e de uma estrutura de reconhecimento fundamental para o sujeito? Ou melhor, o trabalho é uma condição mais contingente, uma necessidade factual para o indivíduo e não uma estrutura simbólica de sua existência?

Judith Butler: É evidente que o trabalho é necessário para a reprodução da pessoa – tomo emprestada essa ideia da teoria da produção em *A ideologia alemã* de Marx – e essa ideia permanece central em minha reflexão. O trabalho é também necessário para produzir as condições materiais da existência e da subsistência. Assim, sou, por exemplo, a favor de um “direito ao trabalho”, e creio que os Estados têm a obrigação pública de criar condições que permitam às populações trabalhar, caso elas possam. Oponho-me às formas de capitalismo protestante que afirmam que apenas aqueles que trabalham merecem ser alimentados e abrigados, pois sustento que esses direitos fundamentais deveriam ser garantidos pelos Estados, independente do fato dos indivíduos terem ou não um trabalho. Assim, recuso dizer que apenas o trabalho fornece as condições materiais da produção da vida humana. Isso seria defender uma posição moral em contradição com a obrigação pública de fornecer, entre outras coisas, moradia, alimentação, cuidados médicos, educação.

Quando falamos de formas correntes de precariedade, designamos formas de organização do trabalho que assentam no emprego aleatório e no caráter substituível e descartável da mão de obra. Essas formas de precariedade são produzidas e calculadas para fornecer uma força de trabalho “flexível”, e elas induzem, em uma vasta escala, a insegurança e o desespero entre os trabalhadores. É também uma forma de impedir toda projeção em direção ao futuro e de produzir uma estrutura de dívida permanente para aqueles que não têm meios de prever qual será seu trabalho no futuro.

A função das normas

La Vie des Idées: A senhora trabalhou muito para descobrir o que

age, sem que isso fosse dito, como uma norma, em primeira instância o gênero. Em uma linha foucaultiana, a senhora procurou do interior desvelar os fenômenos de “literalização” ou de naturalização das normas. Hoje, no quadro da analítica do poder que você elabora, você se atém a definir uma perspectiva normativa, engajando-se em direção a uma postura da crítica social. Tal postura implica uma posição de exterioridade, a posição de uma norma em relação a qual é avaliado um estado da realidade – posição da qual você freqüentemente demonstrou o caráter problemático. O que lhe conduziu a insistir sobre a dimensão normativa de sua reflexão, e como você concebe a mesma?

Judith Butler – Foucault sempre fez parte de minha reflexão, e esse é o caso ainda hoje. Mas não sigo Foucault tal como se seguisse um pensamento religioso. Adapto sua obra extraordinária a novos fins; e é ele, aliás, sem dúvida, um daqueles que me mostrou que era possível fazer esse uso de outros pensadores. Em todos os casos, a análise da performatividade do gênero sempre se esforçou em mostrar que considerávamos algumas performances como “reais” e outras como “irreais”. Tomei posição contra esta concepção da produção do gênero e adiantei que as apresentações de gênero mais “normativas” e as mais “convincentes” estavam fundadas na mesma lógica mimética daquelas que considerávamos de maneira convencional como desviantes e inacreditáveis. Assim, a ideia do “normativo” intervém duas vezes; no primeiro caso, como você o sugere, a normatividade, como heteronormatividade, designa um processo de normalização e literalização. Mas, no segundo caso, temos um quadro normativo que busca contestar e substituir a distinção propriamente dita do real e irreal. Igualmente quando falo das vidas que se pode chorar e das que não se pode chorar. Isso constitui o elo entre meus trabalhos sobre a política LGBTQ¹ e meus trabalhos mais recentes sobre a guerra. Minha

¹ **LGBT** ou ainda, **LGBTTTs**, é o acrónimo de **Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros** (o ‘s’ se refere aos simpatizantes). Embora refira apenas seis, é utilizado para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>, acesso em 24/04/2013.)

opinião é a de que tem sido um erro considerar que algumas vidas são mais reais, mais vivas que outras, que seriam menos reais, menos vivas. É uma forma de descrever e de avaliar a distribuição diferencial da “realidade” em função do nível de conformidade dessas populações referente às normas estabelecidas. É também uma tentativa de produzir novos esquemas normativos que implicam uma crítica rigorosa da misoginia, da homofobia, do racismo para fazer emergir um mundo social e político que se caracterizaria pela interdependência, igualdade e mesmo pela democracia radical.

La Vie des Idées: Recentemente, nos Estados Unidos, Barack Obama se pronunciou em favor do casamento homossexual. Na França, o novo presidente François Hollande se disse favorável à abertura do direito ao casamento e à adoção pelos casais homossexuais. Esse reconhecimento político dos casais do mesmo sexo tem sido discutido há muito tempo, alguns veem nisso uma normalização da homossexualidade. Essas proposições aparecem igualmente em um momento em que o homonacionalismo – a instrumentalização das questões sexuais nas relações de raça e a retórica dos conflitos das civilizações – torna-se uma questão crucial da política sexual. Como você analisa essas tomadas de posição dos governos de esquerda nos Estados Unidos e na Europa? Quais são as questões políticas envolvidas nisso?

Judith Butler: Nos Estados Unidos, a posição a favor do casamento gay tem tido a tendência de instalar uma nova normatividade no seio da vida gay, resultando em recompensas para gays e lésbicas que adotem a vida a dois, a propriedade e as liberdades burguesas, o reconhecimento público. É necessário ser a favor do casamento gay, e eu sou. Mas o que me preocupa é o fato de que esse assunto tenha se tornado mais importante do que outros objetivos políticos, em particular o direito dos transexuais em se resguardar da violência, inclusive da violência policial, da formação continuada, de ação social e do tratamento do HIV, a necessidade de serviços sociais para pessoas LGBTQ que não são casadas, uma política sexual radical que não se calque nas normas matrimoniais predominantes. É seguramente algo bom que os

gays e lésbicas tenham esse direito, caso eles escolham exercê-lo. E de forma totalmente distinta, eu sou decididamente a favor do direito de toda pessoa em ter acesso à adoção e às tecnologias reprodutivas, independentemente do estado civil ou de orientação sexual. Trata-se de formas fundamentais de oposição à discriminação e eu defendo isso. É verdade que alguns governos reivindicam seus próprios direitos, estrategicamente, no momento em que negam os direitos aos imigrantes, ou então que travam uma guerra material e cultural contra as populações mulçumanas. Isso suscitou certo número de debates sobre o marketing das empresas em favor da causa gay (*pinkwashing*) e sobre o homonacionalismo. É preciso assegurar que a luta em favor de uma série de direitos minoritários não sirva para privar os direitos de outra minoria. Isso significa que, tão necessária quanto seja nossa luta pelos direitos LGBTQ, ela deva também se inserir no contexto de uma luta pela justiça social e econômica. É necessário, portanto, nos perguntarmos se nossas reivindicações políticas não podem ser utilizadas contrariamente aos engajamentos maiores como os nossos relacionados à solidariedade e à justiça.

Uma política de interdependências

La Vie des Idées: Em *O Estado Global*, para colocar o problema da articulação entre vida e política, você explica que é necessário pensar formas outras de pertencimento que não aquelas da nação e do Estado. Discutindo Agamben, você destaca especialmente que seus trabalhos não permitem compreender as subjetividades apátridas ou militantes. A nova analítica do poder exige finalmente se repensar a noção de soberania, de propor um “novo mapa da soberania”. De qual maneira o conceito tradicional de soberania deve, no seu ponto de vista, ser transformado?

Judith Butler: Eu não sou verdadeiramente uma teórica da soberania, e não estou, portanto, segura de poder responder bem a sua pergunta. A política é um campo complexo e me apoio em vários pensadores para conceber com justeza as noções que não fazem parte diretamente

do meu campo de visão. Isso é, certamente, um limite, mas suponho que todos tenham tais limites. Creio que no contexto que você evoca, tentei dizer que aqueles que são apátridas, que vivem nos campos fronteiriços ou sob uma ocupação, adquirem uma capacidade de agir (*agency*) e resistência políticas que não podem ser descritos exatamente como “vida nua”. Penso que, essas vidas estão saturadas de poder, mesmo que elas estejam excluídas da “*polis*”. Se o campo do poder no qual elas vivem implica certamente uma submissão, essa submissão não é um atributo essencial ou exaustivo. Nós observamos redes de saúde, práticas de mobilização política e formas de resistência em todos esses lugares; e nós devemos, portanto, pensar um modelo de poder que dê conta da diversidade do que existe e do que se produz lá. O Estado não age sempre por um poder “soberano” em sua relação com o povo, visto que a soberania, em certa medida, disseminou-se na governamentabilidade. Eu também sugeri que a concepção de federalismo em Hannah Arendt (como aquela que ela propõe para a Palestina) dependesse fundamentalmente de uma distribuição de efeitos soberanos. Inquieto-me com as posições que acentuam o poder central da soberania sobre e à custa do campo das “vidas nuas”. Essas posições são talvez românticas e sedutoras, mas elas não nos ajudam a pensar a formação contemporânea da soberania, nem os modos de investimento e capacidade de agir (*agency*) políticos fora daqueles que estão confinados na *polis* ou excluídos de suas fronteiras. Considero, entretanto, que a noção de vidas “abandonadas” em Agamben é muito útil para reflexão sobre as populações precárias, mesmo que este não seja seu vocabulário.

La Vie des Idées: Atualmente você trabalha muito sobre o caráter determinante dos afetos no campo político, estudando, por exemplo, as imagens de Abu-Graïb. De modo geral, muitos trabalhos atuais mostram a dimensão política dos afetos, tais como a vergonha, a aversão ou o nojo, e renovam, assim, nossa maneira de conceber as relações de poder. Parece, contudo, que as emoções positivas – aquelas que não são “tristes”, como diria Spinoza – constituem o objeto de uma atenção menos prestigiada. Estes afetos alegres tem uma dimensão

política? Que lugar lhes dar na analítica do poder?

Judith Butler: Na realidade, lembrei-me, recentemente, das formas de “expropriação”, até mesmo de “êxtase”, que se produzem nas manifestações de rua; e também me interesse bastante pelas formas de vulnerabilidade que conduzem a uma paixão habitável, e não somente à exploração. Argumentando contra as formas burguesas de casamento, continuo a advogar por um campo da sexualidade desregulamentada.

La Vie des Idées: Na primeira entrevista de *Humain, inhumain* (*Humano, inumano*), você mencionou muito brevemente suas origens judaicas e sua impossibilidade de escrever sobre o tema do judaísmo em relação “à dor e à vergonha que suscita em mim o Estado de Israel”. O conflito israelita-palestino é abordado em seu trabalho atual como uma situação exemplar para compreender as relações de poder e a soberania. Seu novo livro, *Parting Ways: Jewishness and the Critic of Zionism*, é consagrado à questão do judaísmo. O que lhe levou a retomar essa questão? É uma atualidade política?

Judith Butler: Venho de um meio judeu bastante praticante e tentei, com esse livro, voltar-me para minha própria formação, sobre o que me foi ensinado, e fazer o trabalho necessário para avaliar de forma crítica minha educação sionista. Minha crítica ao sionismo está em andamento há algumas décadas, principalmente em minhas conversas reservadas. Mas os debates públicos que seguiram o 11 de setembro, parece, obrigaram-me a tornar pública minha posição sobre esse assunto. Para mim, alguns dos valores judaicos que me foram ensinados – o significado do luto em público e com os outros, a brevidade da vida e, portanto, seu valor, a luta não-violenta – tem trilhado caminhos para se tornarem argumentos mais gerais, até mesmo argumentos contra o sionismo político contemporâneo. Por essa razão, não creio que se deva renunciar ao seu judaísmo para se opor ao Estado de Israel e não penso que se criticamos esse Estado sejamos, de uma forma ou de outra, antijudeus ou antisemitas (mesmo que seja, por vezes, o caso). Meu objetivo é utilizar minha formação para desenvolver uma série de

posições que afirmam a possibilidade de uma vida ética e política dos judeus com os não judeus. É certamente uma posição diaspórica mas, seguindo Edward Said, penso que pode ser um ponto de partida útil para pensar uma política democrática radical na Palestina.

La Vie des Idées: Em seus trabalhos sobre o gênero, a psicanálise era criticada tanto por sua concepção normativa das identidades de gênero quanto por sua representação da mulher. Mas ela foi também uma referência indispensável para pensar a dimensão psíquica dos processos de subjetivação e a vulnerabilidade do sujeito. Você explicou sobre esse primeiro uso da psicanálise, por exemplo, na primeira entrevista de *Humains, inhumain* (“o gênero como performace”). Hoje, em suas reflexões sobre poder, precariedade, encontramos sempre uma referência importante à psicanálise, particularmente através da questão do luto. O que é que hoje, para você, é indispensável na teoria psicanalítica para pensar a política?

Judith Butler: Eu creio que é necessário tentar compreender como e porque os Estados e instituições públicas “repudiam” a interdependência dos seres humanos e porque os numerosos agentes progressistas consideram a dependência propriamente dita, como uma idéia “incontrolável”. É comum o uso da dependência ao serviço de políticas coloniais e paternalistas, enquanto que a interdependência sugere igualdade. Em minha opinião, o sujeito autônomo e sem necessidades, aquele que nunca foi alimentado ou educado por outra pessoa, é uma concepção extremamente problemática do sujeito. Porque este busca se proteger, ele rompe os vínculos sociais e pode sozinho se preservar através da negação e da destruição. É por isso que temos necessidade da psicanálise, mas também, talvez, de Hegel. Da mesma forma, quando as populações destruídas não são lamentadas, e quando as chamamos de “efeitos colaterais” ou de outros termos desse tipo, há uma negação da violência como perda que deve ser recuperada e combatida.

La Vie des Idées: Ao longo de seus trabalhos, você é cautelosa ao

identificar as interdependências que constituem uma vida, [...] o que a torna precária, o fato de ser por definição, em seu ser e em sua identidade, tributária e dependente dos outros. Esse quadro social e intersubjetivo da subjetividade não ocorre alheio a sua relação com Hegel que, mais do que qualquer outro, você destaca em *Sois mon corps (seja meu corpo)*, não pára de recordar que o sujeito está constitutivamente ligado ao todo e ao comum, constituindo seu sentido. Não há nenhum sentido em pensar os fenômenos da subjetividade independentes desse quadro social? Por exemplo, uma relação ética solitária de si para si, independente das interações e interdependências que fazem noutra lugar uma vida.

Judith Butler: Certamente, as relações de si para si existem, mas mesmo quando esse si solitário tende a se passar por objeto de reflexão, ou mesmo tomar conta de si, ele lida com uma série de convenções, de termos e de normas das quais ele próprio não é o autor. São convenções sociais que nos chegam através da linguagem e de um amplo campo de significações sociais, no qual nós todos fomos formados. Quando começamos a refletir sobre nós mesmos, nós não abandonamos essa formação social. Ela está presente nos interstícios de nosso pensamento, e mesmo em nossa concepção do que um “si” deveria ser. Desta forma, embora seja possível estar totalmente isolado em seu pensamento, ou só fisicamente, quando nenhum barulho da rua seja perceptível e que ninguém esteja à vista, o traço vivo do mundo social continua a mediar as relações mais íntimas que mantemos com nós mesmos.

Vá mais longe – Principais obras de J. Butler, traduzidas em francês:

La Vie psychique du pouvoir. L'Assujettissement en théories, Paris, Leo Scheer, 2002.

Antigone. La Parenté entre vie et mort, Paris, EPEL, 2003.

Le Pouvoir des mots. Politique du performatif, Paris, Amsterdam, 2004.

Vie précaire. Les Pouvoirs du deuil et de la violence après le 11 septembre 2001, Paris, Amsterdam, 2005.

Humain, Inhumain. Le Travail critique des normes. Entretiens, Paris, Amsterdam, Paris, 2005.

Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion, Paris, La Découverte, 2005.

Défaire le genre, Paris, Amsterdam, 2006.

Le Récit de soi, Paris, Puf, 2007.

L'État global, avec Gayatri Chakravorty Spivak, Paris, Payot et Rivages, 2007.

Ces corps qui comptent ; de la matérialité et des limites discursives du « sexe », Paris, Amsterdam, 2009.

Sois mon corps, avec Catherine Malabou, Paris, Bayard, 2010.

Ce qui fait une vie, Paris, Zone/La Découverte, 2010.

Sujets du désir, réflexions hégéliennes en France au xxe siècle, Paris, PUF, 2011.

Para citar este artigo :

Claire Pagès & Mathieu Trachman, « Une analytique du pouvoir. Entretien avec Judith Butler », *La Vie des idées*, 4 décembre 2012. ISSN : 2105-3030. URL : <http://www.laviedesidees.fr/Une-analytique-du-pouvoir.html>



ÉTICA E EDUCAÇÃO: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

JARLES LOPES DE MEDEIROS (UECE)
JULIANA ALICE COSTA FREIRE (UECE)

Resumo

Este artigo discute as relações existentes entre ética e educação. Buscamos apresentar uma reflexão a respeito da atual situação das relações sociais cultuadas na sociedade capitalista, movidas pelo lucro e pela exploração. Logo, evidencia-se a necessidade de resgatar a essência da moral, com discussões éticas. Apresentamos os conceitos de moral e ética e apontamos como há uma inversão de valores quando se trata do assunto. Em seguida, tratamos da educação, em seu sentido mais amplo, discutindo as inter-relações existentes entre educação e ética e a importância que essas relações têm no processo de desenvolvimento do indivíduo, de sua integração na sociedade e com o meio. No decorrer de toda discussão levantamos reflexões acerca da necessidade ética que a educação exige.

Palavras-chaves: Ética, Educação, Sociedade.

Abstract

This article discusses the relationships exist between ethics and education. We seek to present a reflection on the current situation of social relations enshrined in capitalist society, driven by profit and exploitation. Soon, highlights the need to rescue the essence of morality, with ethics discussions. We present the concepts of morals and ethics and point as there is an inversion of values when

it comes to the subject. Then treat education in its widest sense, discussing the interrelationships between education and ethics and the importance that these relationships are in the process of development of the individual, their integration into society and the environment. During any discussion raised reflections on ethical necessity that education requires.

Keywords: Ethics, Education, Society.

Introdução

Vivemos numa sociedade caótica, marcada por desigualdades aparentemente irreconciliáveis. Enquanto para alguns, tempo é dinheiro, para outros, tempo significa sofrimento. As relações políticas e econômicas, pautadas no cinismo e na exploração, refletem suas mazelas nas relações sociais. O indivíduo, que não mais se reconhece no outro, sabe que vive num mundo no qual não pode usufruí-lo em sua plenitude. De um lado, encontra-se a maioria da população vivendo em condições ínfimas de dignidade, num sistema que desrespeita a essência autônoma e criativa do ser humano, atrofiando qualquer possibilidade emancipadora. Ser humano esse que convive com a miséria e com o desejo, nunca suprido, de viver com dignidade. No outro extremo, temos uma pequena parcela privilegiada, que detém a maior parte das riquezas do país. Essa camada social vive num universo à parte, onde os valores não são os mesmos da classe menos favorecida economicamente. O que é mais assustador é que, todo o sistema político e econômico está a serviço do privilégio de alguns, do lucro e da concentração de renda. Essa desigualdade, que perpassa toda a sociedade, reflete na maneira do homem/mulher pensar, agir e se relacionar com o outro e com a natureza.

A sociedade capitalista, estratificada, acaba por produzir o indivíduo ideal para conviver e manter esse quadro de desigualdade: o egoísta. A moral, em sua essência civilizadora, de amor e respeito ao outro, encontra-se egressa desse quadro. O egoísmo passa a ser o padrão social a ser seguido, para melhor se sobressair diante das

situações com os outros. Pensar unicamente em si, retirar proveito próprio em todas as ocasiões é o pensamento principal que norteia essa sociedade desigual.

Assuntos que envolvem ética e moral não são cultuados com frequência, e, na maioria das vezes, seus conceitos são confundidos. Na prática, a moral correta, positiva, é aquela que faz com que o indivíduo se sobressaia diante dos outros. Pessoas bondosas e honestas são tidas como ingênuas, e, tem-se a impressão de que é possível enganá-las e tirar proveito delas com facilidade. Existe uma inversão de valores que se processa no cerne dessa sociedade, ali onde se encontra a liga que uni os homens entre si numa relação de respeito, amor e amizade. Na contramão dessa liga, vem o egoísmo, com toda a sua insipidez, corrompendo as relações humanas, fazendo subsistir sentimentos como o amor e a confiança, tão essenciais para se viver em harmonia. A empatia, que adquiriu um sentido quase que metafísico, foi substituída pela antipatia, e muitos nem conhecem o seu significado.

Agir moralmente, nessa cultura egoística, é não se importar com o outro, é se dar bem em todas as situações, é não deixar o outro retirar algum proveito sobre você. A ausência de um debate profícuo sobre ética que ultrapasse os modismos, e que perpassasse todas as relações que os homens e mulheres possuem entre si e com o meio, agrava ainda mais essa situação. É urgente que se resgate a essência das relações sociais, discutindo e refletindo sobre os seus valores.

I – Ética e moral: elementos conceituais

Ao longo da história da humanidade, as relações entre os indivíduos vêm sendo movida por valores morais que regulam, na medida do possível, o convívio em sociedade. Tais valores, que podem ser vistos como normas, estão ligados aos contextos históricos e às particularidades de cada região e cultura, podendo mudar de tempos em tempos, de um lugar para o outro.

A moral pode ser entendida como normas socialmente acordadas, que regulam as relações entre os indivíduos numa determinada sociedade, sempre em movimento, podendo variar de um

tempo histórico para outro, de uma comunidade para outra e cabe ao indivíduo a decisão sobre a execução do seu ato moral, assim como as suas consequências (VÁZQUEZ, 2008).

Como avaliar e refletir sobre os atos morais vigentes em uma sociedade? Como identificar suas características, compreendendo suas variações, sem julgar ou interferir nos seus valores? É possível avaliar um ato moral praticado por um indivíduo sem julgá-lo moralmente? Para conseguir tais respostas, para se definir os diversos conceitos de moral é necessário fazer uma reflexão e uma abordagem científica, imparcial, uma ciência: a ética. O campo da ética vai discutir tais questões. Ética é a reflexão sobre a moral. Enquanto que a moral está relacionada ao ato em si, à prática, a ética está relacionada com a reflexão, é a teoria da moral. De acordo com Vazquez (2008, p.23), ética é “a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Tal comportamento, assim como a criação dos valores morais, é condição fundamental da existência humana em sociedade. Essas normas são criadas coletivamente, ao longo do tempo, pelos costumes, e são aceitas por todos. A ética não cria a moral, nem define o que é bom ou mal. A ética, como toda ciência, possui um objeto de estudo: a moral.

O indivíduo possui liberdade em relação ao seu ato moral. Ao contrário da ciência do direito, que tem um caráter coercitivo, o qual todos são obrigados a cumprir as normas. Na moral, cabe ao indivíduo a decisão em agir ou não de acordo com as normas morais. Nada nem ninguém podem obrigar uma pessoa a agir moralmente de tal maneira, contudo, o indivíduo é responsável pelas consequências de seus atos.

Desse modo, evidencia-se a necessidade de se discutir os valores morais vigentes em nossa sociedade. Não podemos deixar nossas relações sociais e nossos valores serem ministrados e desenvolvidos pelo sistema capitalista, deixando escapar a essência da vida em sociedade, do amor e do respeito mútuo.

II – Desenvolvimento histórico-social ou econômico-tecnista?

Ver o processo histórico da humanidade e o desenvolvimento de

suas competências unicamente do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico, é mecanizar e fragmentar o ser humano, tornando-o egoísta e esvaziado de valores. Historicamente o mundo foi dividido desde a sua gênese. Com isso, os seres humanos viveram, durante muito tempo, separados e divididos em grupos isolados. Com o tempo, e com as conquistas do desenvolvimento tecnológico, a humanidade entrou na era da globalização, o que possibilitou a comunicação entre as diversas partes antes isoladas do mundo. Com isso, o mundo torna-se cada vez mais um todo, e o mundo como um todo, está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Cada indivíduo recebe ou consome informações e substâncias oriundas de todo o universo (MORIN, 2010).

As relações sociais foram marcadamente influenciadas pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, sempre com o velho antagonismo entre ricos e pobres. Enquanto alguns estão numa zona privilegiada de conforto, outros sobrevivem à margem de um mundo luxuoso e ostentador. Concebido unicamente de modo técnico-econômico, o desenvolvimento chega a um ponto insustentável, inclusive o desenvolvimento sustentável. É necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral. A tecnologia e os meios de produção atingiram graus tão incríveis de evolução que hoje é possível manter contato com uma pessoa em qualquer lugar do mundo. Mais ainda, é possível produzir alimentos para toda a população do planeta. A expectativa de vida aumentou com o aprimoramento da medicina. Tínhamos tudo para vivermos em melhores condições. Mas, a tecnologia e o desenvolvimento industrial não estão a serviço da humanidade, e sim do lucro. Essa ideologia vai na contramão da emancipação humana. O problema não está no desenvolvimento tecnológico e industrial, mas na forma como esse desenvolvimento é utilizado a serviço de uma parcela privilegiada. Progresso e retrocesso. Esse desenvolvimento suga o humano, escravizando-o (MORIN, 2010).

A modernidade apresentou um modelo de desenvolvimento científico que pretendia resolver todos os problemas da humanidade.

Houve uma cientificidade excessiva dos métodos de produção e análise, o que acabou refletindo na forma como o indivíduo lidava com o mundo e com os outros. Juntamente com o conhecimento científico, o homem foi fragmentado em partes, sendo impossível, a partir de então, compreendê-lo em sua completude. As ciências se especializaram a tal ponto que se criaram barreiras na caminhada rumo a uma vida mais digna na Terra.

O desenvolvimento tecnológico e industrial encurtou as distâncias do mundo, possibilitando o trânsito das pessoas em lugares antes nunca imaginados, a comunicação entre elas é cada vez mais rápida e instantânea. Com o processo de globalização foi possível encontrar características culturais comuns em diversos povos nos mais variados lugares do planeta, houve uma homogeneização das culturas. Ao mesmo tempo em que vivemos numa sociedade da informação, estamos cada vez mais distantes uns dos outros, sendo incapazes de manter um contato mais íntimo com quem está do nosso lado. Pensamos apenas e nós mesmos. Estamos cada vez mais distantes, isolados e incomunicáveis uns com os outros. Valores como a honestidade, a confiança e o respeito estão escapando por entre os dedos da unidade que curva-se cada vez mais aos princípios da produção, do lucro e da descartabilidade. É urgente refletirmos sobre a nossa trajetória como ser social no mundo e repensar nossas posturas para preservarmos a humanidade.

III – Natureza ética da prática educativa

Fazermos uma discussão sobre valores, normas, comportamentos e reflexões que estão presentes na nossa sociedade é também discutir nossa compreensão sobre educação. A vida humana está intrinsecamente ligada à educação, pois essa ensina àquela, visa à evolução do homem/mulher em sujeitos mais humanos. O saber acaba fluindo pelo ato de conviver e assim estamos cotidianamente em contato com o processo de ensino e aprendizagem, sendo educados e educando, simultaneamente, e participando na construção do conhecimento.

O conhecimento e as novas tecnologias aumentaram a

capacidade do homem de produzir, trouxeram avanços científicos em todas as áreas, aumentando com isso a expectativa de vida do ser humano, proporcionando o seu desenvolvimento. Esse progresso vem acompanhado do retrocesso: o homem conquistou riquezas à custa da exploração de civilizações inteiras; escravizou, matou, subjuguou culturas, segregou a produção e concentrou a renda; produziu e utilizou o poder bélico, autodestrutivo; a obsessão pelo lucro vem sugando o néctar da natureza. O desenvolvimento e o progresso comportam um processo dialético: ao mesmo tempo em que damos um passo rumo ao progresso, do ponto de vista produtivo e econômico, retrocedemos socialmente distanciando a humanidade de sua própria essência, da sociabilidade, do respeito mútuo e com o meio. De acordo com Morin (p.67-68, 2010) “É necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral [...]”.

A educação é um processo no qual a pessoa vai se completando ao longo de sua vida. Apropriando-nos do pensamento de Paulo Freire (2006) consideramos que o ser humano é um ser inacabado, que onde há vida existe inacabamento, e que vivemos em busca de nossa completude. Somos seres incompletos e sabemos disso. Provavelmente é este fator que nos impulsiona a querer aprender, e essa aprendizagem ocorre na relação com o outro e com o próprio pensar.

Consideramos, neste estudo, o conceito ampliado de educação e a entendemos como um fenômeno que apresenta muitas facetas, ocorrendo de forma intencional ou não, em lugares os mais variados possíveis e contando com a presença de agentes educativos diversificados que estão presentes em espaços formais e não formais, instituições escolares e não escolares, perpassando toda a sociedade e se construindo com e a partir dela, abrangendo todas as questões que contribuindo para o desenvolvimento humano se caracteriza como uma prática social. De acordo com Libâneo (1998, p.22),

Educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos e na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

A educação não acontece de forma isolada, sem que exista comunicação e interação entre os indivíduos que compõem a sociedade. Esta relação com o meio social e natural possibilita que saberes, atitudes e valores sejam absorvidos, internalizados e/ou construídos, contribuindo para que sejamos mais humanos, civilizados, sociáveis, permitindo assim que a nossa humanização seja alcançada.

Frequentemente limitamos o ato de educar à mera transmissão de conhecimentos, utilizando-o como meio de ajustar indivíduos a viverem de acordo com o comportamento da comunidade na qual estão inseridos. Porém, defendemos que quando a educação propicia o desenvolvimento pleno do indivíduo ela ultrapassa as limitações impostas no ato de ajustar, adaptar e conformar. Visa à transformação, ao desenvolvimento, à revolução. E assim nos transformamos e somos transformados cotidianamente em pessoas melhores, porque nossa alma é alimentada e nossa mente expandida. Encontramo-nos com a própria vida e concordamos que a vida é educação.

A educação, em toda a amplitude do sentido, desenvolve pessoas capazes de sentir, pensar e agir em benefício dos demais, da coletividade, rompendo com a reprodução e a perpetuação do pensamento dominante que beneficia uma mínima parcela da população a custo do corpo e da alma dos demais. Nesse sentido, Paulo Freire (1983, p. 105) afirma que os homens

[...] ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e , separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica.

Ampliar a mente para compreender que a educação se apresenta em diversos locais é corrigir a estreita visão que nos persegue até os dias atuais de que a educação só pode existir onde há escolas. Embora o nome educação esteja extremamente ligado ao âmbito escolar é fato que ela se apresenta onde a escola não existe. Observa-se que ela é

praticada em diversos locais e de formas diversas: na família, na Igreja, nos movimentos sociais, na política, nos meios de comunicação, na cidade, no campo, na fábrica, na rua, nos bares, em filmes, viagens, artes, literatura, música, vivências, experiências e ações do cotidiano no trabalho. Onde há relação do homem com a coletividade e entre si existe educação, encontramos o repasse de cultura, sentimentos, valores morais e éticos.

A educação participa do processo de construção desses valores, crenças, ideias, normas, pensamentos. Constitui e legitima as pessoas e é compartilhada, mesmo que não exista um processo formalizado de ensino. Sabemos que é inviável pensar na existência de uma única forma de educação, assim como em um único modelo de educação que seja visto como perfeito, eterno e eficiente para diversos estilos de vida e de diferentes grupos sociais.

Relacionarmos ética e educação é de extrema importância, pois ambas tem a preocupação de tratar assuntos que relacionam o ser humano aos costumes sociais e se preocupam com a forma como nos relacionamos. Desta forma, a atitude educativa se norteia por princípios que promovam o bem coletivo, considerando que somos sujeitos com direitos e deveres iguais. É ir conquistando a nossa humanização, propiciando que as pessoas possam desenvolver suas potencialidades da forma como desejarem. Neste sentido, o livre arbítrio é uma questão de respeito.

Ética, respeito e educação. Esses três princípios, mais do que um tripé social, é uma questão vital em nossos tempos. Tempos estes onde tudo é volátil. Onde não há respeito aos costumes. Aliás, a palavra costume adquiriu certa pejoratividade em nossa sociedade cientificamente incontestável. Numa sociedade onde tudo é quantificável, no palco da ciência, o costume soa como algo não oficial, o respeito é abstrato e se restringe a uma questão de etiqueta, superficial, hipócrita. Nesse sentido, a ética se restringe ao campo do abstrato, das ideias, da subjetividade, desvinculada das relações terrenas. Sabemos que alguma coisa não anda bem

em nossas relações com os demais, com a sociedade, com o meio ambiente. Sentimos a falta de respeito com que o outro nos trata e disfarçamos a nossa. Vivemos num eterno blefe egoísta.

Somos hipócritas e egoístas. Não admitimos que vivemos numa crise social. Criticamos o egoísmo, mas somos cada vez mais egoístas, enclausurados em nossas próprias casas, assistindo de braços cruzados a fome e a desigualdade na televisão. O que nos diz respeito se limita ao território de nossas casas, de nossa linhagem. Educamos os nossos filhos, planejamos um futuro de vitória para eles, com isso desejamos a derrota de alguns, já que educamos e somos educados para vencer, para ser o primeiro colocado. Precisamos garantir uma formação superior à da maioria, senão ficamos estagnados. Vivemos isolados num campo de força, o qual nos protege do problema alheio. Onde vamos parar? Para onde a sociedade caminha cultuando tais valores?

A sociedade, em seu sentido vital, reclama o resgate de seus valores. A quem cabe essa responsabilidade? Seria uma tarefa difícil elencar as instituições competentes para tal finalidade, no entanto todas elas devem estar articuladas para tal fim. A educação possui papel fundamental na formação ética e moral dos indivíduos. Ela pode resgatar o equilíbrio de um povo que vive numa sociedade desigual.

Quando falamos da relação entre ética e educação, temos consciência que ela está presente em todos os lugares e é um processo vital que ocorre durante todo o desenvolvimento do ser humano. No que se refere à educação escolar percebemos que há uma queda de qualidade moral e ética. A escola, como um dos lugares de formação do cidadão não pode deixar a ética à margem de suas discussões e prioridades, como vem acontecendo. Nesse contexto, gostaríamos de entender o que na verdade significa cidadania, conceito tão propagado pelas autoridades oficiais. Atualmente não há espaço na instituição escolar para discussões no campo da ética. Para se obter a formação plena do cidadão e para que se garanta uma convivência harmônica em sociedade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 27) indicam que,

Essas exigências apontam a relevância de discussões sobre a dignidade

do ser humano, a igualdade de direitos, a recusa categórica de formas de discriminação, a importância da solidariedade e do respeito. Cabe ao campo educacional propiciar aos alunos as capacidades de vivenciar as diferentes formas de inserção sociopolítica e cultural. Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania.

Acreditamos na real necessidade das instituições escolares abrirem espaços para assuntos que envolvam a ética, mas é necessário ressaltar que a ética que defendemos não se submete aos interesses do lucro e da desumanização do ser humano transformando-o em mercadoria, como muito bem ilustrou Paulo Freire (2006, p.15) “[...] a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente ao interesse do lucro”.

Embora, como já foi dito, não exista uma instituição única e isolada encarregada de desenvolver qualidades morais e educacionais, que primem pelo respeito ao outro e que garanta a convivência em sociedade, acreditamos que a escola deve desenvolver ações para facilitar a convivência com a diversidade cultural. Isso é de suma importância, já que a escola não pode ficar alheia aos acontecimentos e práticas sociais, uma vez que a escola é o primeiro espaço extrafamiliar que frequentamos quando crianças. É um espaço importante para pensarmos sobre as nossas atitudes, os nossos preconceitos, sobre determinadas pessoas e para compreendermos que somos potencialmente capazes.

Muitos oferecem resistência em respeitar e aceitar determinados grupos, determinadas pessoas. A discriminação é nítida quando abordamos a questão da homossexualidade, embora haja leis que assegurem o respeito e a dignidade dos homossexuais, na prática, a moral das ruas não oferece importância para essas pessoas. O mesmo ocorre com as prostitutas e os viciados em drogas, que, assim como os homossexuais, vivem marginalizados. Questões como o racismo, arrastam-se em nossa sociedade, veladamente, embora se diga o contrário. É uma herança sofrida da nossa colonização, das

nossas raízes, assim como a existência de uma educação sexista que promove a subordinação das mulheres e cristaliza as relações de poder existentes entre os sexos. Temos que aprender a articular o individual e o coletivo. A educação pode combater o individualismo e o egoísmo com uma formação ética consistente. Para Paulo Freire (2006, p.36),

[...] faz parte do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.

O envolvimento com o magistério exige responsabilidade ética, pois trabalhamos diretamente com a formação humana, que ultrapassa o treino, a transmissão de conhecimento e que não compactua com mecanismos que visam à conformação humana. Como dissemos, a escola não deve ser a única responsável pela transmissão desses valores, pois a educação é anterior à escola. O papel da escola é muito importante, mas entendemos que a educação ultrapassa os muros escolares. Por isso, faz-se necessário que exista um envolvimento da sociedade como um todo, pois a formação ética é uma responsabilidade coletiva. Os seres humanos precisam estar inseridos no mundo. De acordo com Ilse Scherer-Warren (1999, p. 15) apresenta o conceito de sujeito social, o qual

[...] refere-se à relação de responsabilidade e de auto-criatividade positiva, não destrutiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. É a idéia do sujeito-no-mundo ou do cidadão-no-mundo. Por isso fala-se de construção dos sujeitos, pois este se constitui nas relações sociais, que inclui a autonomia, ou autocriatividade, e a alteridade, ou o reconhecimento e respeito ao outro e à diversidade, mas em um mundo construído coletivamente e referenciado por valores, que se tornam socialmente relevantes nos grupos identitários e, às vezes, universalizam-se.

A educação é responsabilidade social de todos. Não pretendemos neste artigo sobrecarregar a escola no que se refere à formação ética do indivíduo, o que estamos propondo é que a responsabilidade seja dividida. A família, assim como as diversas instituições que compõe a sociedade têm seu papel, não se pode esperar tudo da escola. Mas

a essa não pode se omitir ou negligenciar a formação ética de seus alunos, uma vez que é um tema essencial para a formação plena do ser humano, que beneficiará a sociedade como um todo. Marginalizar a formação ética na escola é deixar tal formação a cargo da mídia e da cultura do consumo e do lucro, com isso o indivíduo se torna uma presa fácil para o egoísmo e a alienação.

Considerações Finais

O ser humano ultrapassa a questão biológica e não pode ser castrado em sua dignidade. Vivemos numa sociedade desigual economicamente, o que reflete em todo o corpo social. Nesse sistema, só alguns têm acesso às conquistas da humanidade. Assim, muitos são impedidos de vivenciar plenamente as suas cidadanias e de se reconhecerem como sujeitos, dotados de uma consciência que transborda os seus corpos. O humano, ao contrário do conhecimento científico, é inquantificável, é subjetivo. Uns não podem apontar e dizer que o outro é melhor ou pior que ninguém, principalmente quando, para tal julgamento, levam-se em conta questões econômicas, comportamentais, sexuais e étnico-raciais.

O indivíduo, distante de si pela ausência de uma reflexão interior, acaba sendo forçado a bloquear e negar os seus instintos, tendo suas partes fragmentadas e sua autoestima negada. Ele não usufrui plenamente a sua dignidade, perdendo, como isso, a sua essência humana. Educação, ética e respeito estão intrinsecamente ligados e participam do nosso cotidiano. Faz-se necessário uma educação que promova o pleno desenvolvimento humano, que lute pela liberdade e pela consciência do indivíduo, para que possamos romper com o pensamento dominante que promove as desigualdades sociais. Frequentemente defendemos, valorizamos, aceitamos e perpetuamos valores e normas que não são interessantes para a sociedade como um todo, e sim para uma mínima parcela da população. Por que ainda compactuamos com isso?

Reproduzimos condutas o tempo todo sem se dar contar disso, no automático, muitas vezes contra nossas próprias convicções.

Precisamos redimensionar nossa postura, nossas concepções, abrimo-nos ao novo, ao natural. E o natural é ser, ser livre, ser independente de um padrão, ser como somos, como viemos ao mundo, longe de algumas convenções. Poder escolher desde o início nosso próprio caminho, sem amarras e sem repressão. Até quando acreditaremos no mito da cor? Que um recém-nascido do sexo masculino não pode ter um enxoval na cor rosa? E num passado distante, antes da escrita, no período paleolítico há mais de dez mil anos antes de Cristo, num mundo não globalizado, onde os povos viviam isolados, como se davam essas relações? Será se existia um padrão universal a ser seguido? Meninos e meninas separados? Cada um com uma cor? A condição da mulher era a mesma de subjugação da nossa sociedade atual? Podemos observar algumas comunidades indígenas, essas que vez ou outra assistimos na televisão. É curioso perceber que homens e mulheres dessas comunidades andam nus, quando não, usam uma veste tapando apenas os órgãos genitais, homens e mulheres de peitos nus. É preciso contestar o que é posto como natural. A partir do momento que alguém diz o que é e o que não é natural, estamos entrando numa convenção. E quando falamos em convenção podemos ter certeza que algumas partes não estão contidas nessa convenção, que convém apenas para alguns poucos.

Acreditamos que devemos lutar pela formação de sujeitos singulares, que agem livres e conscientemente, que assumem uma responsabilidade pessoal e social e que são capazes de romper com essa moral fabricada que nos cerca. Articular o individual e o coletivo é o desafio maior o qual encontramos em nossa sociedade. E isso não é possível se não houver respeito incondicional ao ser humano, a sua diversidade de pensamento e comportamento. É necessário ultrapassarmos as barreiras étnicas, comportamentais, culturais e combater qualquer forma de subjugação humana, e caminharmos juntos em busca de uma sociedade harmônica com suas reais necessidades vitais. Daí a importância da transversalidade da ética em todos os campos da sociedade, principalmente na educação em seu sentido mais amplo. Educação, ética e respeito é a chave para abrir essa nova sociedade que tanto clamamos, onde o egoísmo não tem

vez. Concordando com Morin (2010, p. 76), acreditamos que,

Civilizar e solidarizar a terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas o progresso, mas à sobrevivência da humanidade.

Pensar o ser humano em sua essência, através de uma discussão ética a respeito da formação humana para a humanidade é condição *sine qua non* para caminharmos rumo à humanidade. E é na educação que se encontra o *olho d'água* que vai nutrir a sociedade com esses princípios, que permitirá esse processo.

Redimensionar as concepções e atitudes, bem como encarar o ser humano em sua completude é urgente e ultrapassa as questões econômicas e conflituosidade entre as nações. A humanidade está além de qualquer sistematização. Ela está presente no nosso DNA, nos nossos neurônios, na nossa psique. Entender as relações sociais é entender o ser humano, é uma questão de respeito à vida. As relações de poder existentes em nossa sociedade de classes, movidas pelo lucro, reprimem aquilo que o ser humano tem de mais rico e potencialmente criador: a diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 12^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, Para quê?* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Desafios éticos da globalização*. São Paulo: Paulinas, 2008.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetro Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental.* – Brasília: MEC/ SEF, 1997 .

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.